Parte IV - Comunicação, Educação e Cultura

A Educação como fator de desenvolvimento regional

Flávio Eliziário de Sousa
Mariane Freiesleben

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SOUSA, F. E., and FREIESLEBEN, M. A Educação como fator de desenvolvimento regional. In: SOUSA, C. M., THEIS, I. M., and BARBOSA, J. L. A., eds. *Celso Furtado: a esperança militante (Desafios)*: vol. 3 [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2020, pp. 397-413. Projeto editorial 100 anos de Celso Furtado collection, vol. 3. ISBN: 978-65-86221-12-1. <https://doi.org/10.7476/9786586221688.0017>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

A Educação como fator de desenvolvimento regional¹

Flávio Elizário de Sousa²

Mariane Freiesleben³

Introdução

O TEMA QUE NORTEIA ESTE TEXTO RELACIONA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO regional que, a nosso ver, agrega a homenagem prestada ao cientista social Celso Furtado. A sua vasta produção intelectual abarca tanto questões teóricas sobre os obstáculos ao desenvolvimento das economias periféricas, como também as interpretações históricas sobre a formação econômica latinoamericana e do Brasil. Um autor que ao longo de suas pesquisas associou economia, com desenvolvimento e educação.

Estando a frente de seu tempo, compreendia que os problemas econômicos não podem ser separados dos condicionantes socioculturais e

1 Este texto foi publicado no formato de artigo em 2018 pela revista da FAE, com o mesmo nome.

2 Doutorando em Economia – Universidade do Vale do Rio do Sinos (Unisinos – RS). Mestrado-profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Especialista em Gestão Pública e Sociedade pela UFT. Graduado em Administração pela mesma instituição. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. Atualmente é Diretor do IFTO-Campus Paraíso do Tocantins. E-mail: flavioelizario@ifto.edu.br.

3 Doutoranda em Desenvolvimento Regional - pela Universidade Federal do Tocantins. Mestre em Ciências do Ambiente - pela UFT (2015); Pós-Graduada em Educação a Distância com Habilitação em Tecnologias Educacionais - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, IFPR (2016), e em METODOLOGIA. DO ENSINO DA GEOGRAFIA APLICADA AO PLANEJAMENTO AMBIENTAL pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA (2005); Graduada em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão (2004). Autora do livro POR UMA GEOPOÉTICA DA PAISAGEM NA PRÁTICA DIDÁTICA. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019. v. 1. 124p.; entre outros. Docente no IFTO - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - Campus Paraíso do Tocantins. E-mail: mariane@ifto.edu.br.

políticos que sobredeterminam, rejeitando o enfoque cosmopolita dos problemas econômicos. Para Celso Furtado, o Estado nacional ancora a unidade de referência de sua teoria do desenvolvimento econômico. E neste contexto coloca a educação como sendo um fator preponderante para o desenvolvimento local, regional e/ou mundial. Sendo o objetivo central deste, propiciar elementos para uma análise bibliográfica de vários autores, destacando os desvios que viabilizam conclusões acerca do assunto.

Entende-se que o planejamento regional deve basear-se em estudos científicos com metodologia adequada, até porque dentro das finalidades da administração científica conforme Taylor (1995), baseado na pirâmide social, é dado o enfoque onde os trabalhadores por meio da sua renda poderão melhorar seu padrão de vida, e que além da possibilidade do trabalhador por meio de seu trabalho e renda desfrutar de uma vida familiar e social mais feliz, também usufruir de condições de trabalho salutaras, tanto social como individualmente satisfatórias.

Este mesmo enfoque também constitui o índice que mede o desenvolvimento Humano o IDH, que é facilmente calculado, sintético e de simples aplicação, formado por 3 elementos essenciais como a longevidade, grau de escolaridade e renda per capita, e que mesmo apesar de críticas continua sendo o principal instrumento de aferição para o desenvolvimento econômico de um país (MACHADO e PAMPLONA, 2008).

Pensando no contexto do desenvolvimento regional e nas possibilidades de sua realização acredita-se ser o Estado e a educação os principais potencializadores desta ação. O presente artigo é resultado de pesquisa qualitativa, de natureza exploratória, apoiada, fortemente, em revisão de literatura (livros, artigos em periódicos), com ênfase temática concentrada na relação educação e desenvolvimento regional.

O Estado como principal agente do desenvolvimento

Cavalcante (2007) em seu artigo: Desenvolvimento regional: principais teorias, aborda que entre as teorias estudadas a industrialização é colocada como um dos principais meios para se alcançar o desenvolvimento, pois suas relações em cadeia impulsionam as principais atividades econômicas da região atingida. Mas Durkheim (1999) alerta que essas relações também contribuem para o enfraquecimento da consciência coletiva e das crenças comuns manifestadas nas similitudes, nos costumes e nos hábitos que ocorreram na solidariedade contratual, aumentando, também, o

desenvolvimento em volume e densidade da divisão do trabalho, o que propicia a necessidade de agentes na construção deste desenvolvimento.

Como a organização da sociedade vem da divisão social do trabalho, tem-se uma solidariedade orgânica, uma socialização, um grau de consenso produzido entre os indivíduos, o cimento que une os indivíduos, decorrente da evolução humana e da diferença dos papéis sociais (DURKHEIN, 1999). Fato este, que coloca o Estado como o “cérebro-espinhal” do organismo social, cujo poder regulador ramifica-se numa difusão constante e crescente por toda extensão da vida social, por meio dos códigos, regras jurídicas e instituições. Posteriormente, com o poder da “tutela”, passa a representar o instrumento real do mecanismo da sociedade industrial (DURKHEIN, 1999).

Para Polany (2000), foi o Estado que criou o comércio interno na Europa Ocidental, sendo chamado de comércio municipal que funcionava como um comércio de vizinhança, de forma que o comércio a longa distância não podia infiltrar-se de qualquer forma, devido às barreiras criadas pelo Estado que impedia a competitividade, mas favorecia o mercado nacional. Deixando claro que sem a intervenção estatal no comércio não haveria desenvolvimento do mesmo. Em Fligstein e Dauter (2012) é possível encontrar a afirmação, que de acordo com a teoria institucional⁴, a troca mercantil contratual depende do Estado, para definir, sancionar as regras e também os produtos que são apropriados para troca.

De acordo com Fligstein (2003), os mercados e o Estado estão fortemente ligados, pois a legitimidade dos mercados é dada pelos Estados, que por meio das políticas implantadas intervêm nos mercados (formação, estabilização e transformação), assim também como o próprio desenvolvimento mundial, que ao longo do tempo sempre adotou instituições como por exemplo a ONU⁵, o BIRD⁶ e o FMI⁷, que atuam como organismos maiores de controle e organização de desenvolvimento para o mundo, fomentando por meio de relatórios alternativas para os países mais pobres (MADUREIRA, 2015).

Assim, é possível concluir, em tese, que o Estado é uma organização de natureza política, constituído por leis que regulamentam a vida em

4 Segundo esta teoria as organizações são levadas a incorporar as práticas e procedimentos definidos pelos conceitos que predominam no ambiente organizacional e que estejam institucionalizados na sociedade (FLIGSTEIN e DAUTER, 2012).

5 Organização da Nações Unidas.

6 Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

7 Fundo Monetário Internacional.

sociedade, e tem como um dos objetivos principais realizar fins de forma a sanar as necessidades da vida do homem, na busca pelo bem estar comum.

O que se entende por desenvolvimento regional

As implicações e o alcance do desenvolvimento regional variam de acordo com a definição de uma região, e de como a região e seus limites são percebidos internamente e externamente. Por isso pensar em desenvolvimento regional é alocar a participação da sociedade local no planejamento contínuo da distribuição dos frutos e ocupação do espaço neste processo de crescimento (OLIVEIRA e LIMA, 2003).

Entre as teorias que discorrem sobre o desenvolvimento regional temos: a teoria da localização, que baseada nos baixos custos com transportes, impulsiona o crescimento econômico; e a teoria dos lugares centrais fundamentada nos fatores de aglomeração, que se justifica por meio da indústria como impulsionadora de polos de crescimento heterogêneos no espaço geográfico, onde o crescimento possui intensidades variáveis, diversificando os canais e efeitos finais sobre a economia (CAVALCANTE, 2007; CIMA e AMORIM, 2007). E são justamente estas teorias do desenvolvimento regional que viabilizam o suporte às políticas econômicas que impulsionam a sociedade regional.

Assim também como os objetivos do desenvolvimento regional que ao longo do tempo foram modelados, de forma a atingirem atualmente fundamentações nos seguintes aspectos: 1) combater as assimetrias regionais; 2) aproveitar os recursos e potencialidades endógenos das regiões; 3) promover o ordenamento do território; 4) garantir a participação dos cidadãos na resolução dos problemas regionais (DINIZ, 2009). Tais objetivos se fundamentam na condição de que a aplicação do desenvolvimento regional deve atentar-se a melhorias que facilitem a elaboração de um conjunto de medidas de incentivo e suporte necessário ao crescimento econômico da região.

O ramo da ciência que se dedica ao estudo do Desenvolvimento Regional, juntamente com suas teorias apresenta o Estado como um importante fomentador desse processo. E para Cavalcante (2007):

(...) Em que pese a redefinição do seu papel no período recente, o Estado dispõe ainda de instrumentos de intervenção que vão da provisão de infra-estrutura à concessão de benefícios fiscais e financeiros, e não parece haver ainda

indicações claras quanto ao efetivo papel que poderia ser desempenhado por cada um desses instrumentos nos esforços para a promoção do desenvolvimento regional. Por essa razão, uma estratégia voltada para a promoção do desenvolvimento econômico e social de espaços subnacionais terá que ser necessariamente individualizada, não havendo uma diretriz única aplicável a todas as regiões (p.29).

Entende-se assim que o desenvolvimento regional é uma necessidade de gerir eficazmente os fatores de desenvolvimento, seja no melhor uso dos recursos como na garantia de uma maior participação dos diferentes atores, como também na busca de soluções para os problemas criados pela dinâmica da economia global, principalmente no tocante aos desequilíbrios espaciais.

Nesse sentido para um melhor entendimento conclui-se que o grande protagonista deste processo são os atores locais, na formulação de estratégias, na tomada de decisões econômicas e sua implementação, pois o desenvolvimento regional é o conjunto dos diferentes desenvolvimentos locais, não se resumindo a um processo de estímulos nacionais em uma dada localidade. E o Estado por sua vez utiliza as teorias do desenvolvimento regional para dar suporte às políticas que aplicam na sociedade (MADUREIRA, 2015). E para que os atores locais possam agir adequadamente, é preciso conhecimento, para buscar entendimento, garantindo assim escolhas eficientes para a gestão local e ou regional.

A Educação como influência para o desenvolvimento regional

Entende-se que as normas que orientam a vida dos indivíduos na sociedade, e que passam de geração a geração são denominadas fatos sociais, e é essa consciência coletiva que rege uma comunidade, assim compreende-se que um conjunto de costumes, que por sua vez resultam na forma de solidariedade de um ser com o outro. Por isso nossa sociedade é marcada por uma altíssima divisão do trabalho social, onde a interdependência entre os indivíduos é resultante da especialização, podendo assim ser denominada solidariedade orgânica (DURKHEIN, 1999).

Vivemos em sociedades complexas, que possuem diferentes interesses e conflitos. Desta forma, nossa convivência é administrada por meio de interesses públicos. E que a política surgiu com o intuito de propiciar o bem comum dos cidadãos integrando à sociedade. Os fatos sociais estão na sociedade e caso não sejam seguidos existirão sanções. Até mesmo dentro do contexto da educação observa-se o papel de produção

e reprodução do ser social, seja no contexto da família ou social (amigos e escola): consiste num esforço contínuo de imposição à criança de maneiras de ver, sentir, ideias a seguir e formas de agir às quais ela não teria chegado espontaneamente (DURKHEIM, 1999).

Pensando na política como um conjunto de procedimentos formais e informais que expressam as relações de poder, buscando a resolução pacífica dos conflitos relacionados aos bens públicos, para Nazzari *et al* (2004 p.3) “O capital social apresenta-se como uma alternativa para superar os valores sociais e culturais que impedem a adaptação de políticas sociais que visem o bem comum”.

Atualmente, tem-se na educação uma das dimensões mais importantes para o desenvolvimento do país. Ela atua como valorização e empoderamento dos cidadãos, permitindo o fortalecimento e a eficácia das redes de capital social priorizando o desenvolvimento regional (NAZZARI *et al*, 2004), por meio da aquisição de conhecimentos o indivíduo aumenta sua renda, sua qualidade de vida e conseqüentemente ocorre o crescimento da nação, ainda que seja um processo lento e necessite de constantes ajustes.

Pensando em educação encontramos em Adam Smith (2012) que:

Considera-se como algo de grande importância que um número adequado de jovens seja educado em certas profissões, propósito para o qual foi criada, às vezes pelo Estado, às vezes pela caridade de entidades privadas, uma quantidade de pensões, bolsas de estudo etc., que atiram nessas carreiras muito mais gente do que as que pretendiam seguir-las em condições normais. [...] Os que seguem tal carreira nem sempre, então, conseguem uma recompensa proporcional a uma educação que leva tanto tempo, estudo e despesa, pois a igreja se vê abarrotada de gente que, para obter emprego, está disposta a aceitar uma remuneração muito inferior a que poderia de outro modo aspirar, com uma educação análoga; e assim a concorrência dos pobres arrebatava a remuneração dos ricos (p. 167).

Neste caso aborda-se a preocupação educacional pela via da qualificação, cujo papel central é aumentar a produtividade, uma vez que a maioria da população se presta a exercer atividades rotineiras. De acordo com Smith (2012, p. 127) “Numa sociedade civilizada, são apenas os extremamente pobres que fazem por ofício o que outra sorte de pessoas procura por passatempo”.

O mesmo autor deixa claro que a educação também beneficia a economia de maneira indireta, pois as pessoas instruídas são mais conscientes

na cadeia produtiva, os trabalhadores são ordenados e colaboram com a hierarquia das posições econômicas. Isso porque:

Na Inglaterra e em todos os países católico-romanos, a loteria da igreja é na realidade muito mais vantajosa do que seria necessário. Bastam os exemplos da Igrejas da Escócia, de Genebra, e muitas outras igrejas protestantes, para nos convencer de que, numa profissão tão prestigiosa, na qual a educação é de tão fácil acesso, a perspectiva de benefícios muito mais módicos lançará nas ordens sacras um número suficiente de homens cultos, decentes e respeitáveis (SMITH, 2012, p.169).

Ainda considerando “que o homem se constrói homem no e pelo trabalho” (SANTOS, 2010, p. 59) insere-se que a educação dá acesso à ciência e à tecnologia, fornecendo às pessoas meios para entender o mundo e seu papel nele. De acordo com os autores Silva e Amorim (2012), que escreveram um artigo sobre o Pensamento Sociológico de Max Weber e a Educação, deixam claro que “A Educação é, segundo Weber, o instrumento que propicia ao homem a preparação necessária para o exercício de atividades funcionais adequadas as exigências das mudanças ocasionadas pela racionalização que o homem irá se deparar socialmente” (2012, p.1).

Para Santos (2010) o que determina o modo de viver do homem é como ele atua para produzir sua existência. O homem que não domina o processo produtivo, não é o proprietário do produto de seu trabalho, e não seria a relação entre educação e trabalho, uma condição fundamental para o desenvolvimento econômico, até porque em suas pesquisas nos anos de 1970/80 o Brasil chegou ao patamar de oitava economia mundial, e não tinha índices de educação e trabalho animadores na Amazônia. Ou seja, o Brasil cresceu economicamente, porém não evoluiu no grau de escolaridade, na produção de conhecimentos.

Para o autor, mesmo nos anos seguintes existindo políticas focalizadas para a educação e o trabalho, que eram e ainda são incipientes, fragmentadas e descontínuas, isso não propiciou o desenvolvimento econômico para a Amazônia, e em 2009 novamente o Brasil atingiu o patamar de oitava economia do mundo, agora com mais prestígio no mundo desenvolvido (SANTOS, 2010). Isso porque embora a economia do Brasil como um todo estivesse crescendo, grandes lacunas no sentido educacional ficaram e ainda estão abertas.

É importante destacar que “Enquanto prática desveladora, gnosiológica, a educação sozinha, porém, não faz a transformação do mundo, mas esta a implica” (FREIRE, 1997. p.16), como matriz principal do

desenvolvimento regional, pois conscientiza o ser de sua realidade social, funcionando como uma espécie de motivador psicológico de sua transformação. Quando empoderados os indivíduos dotados de conhecimento tem seu comportamento transformado, beneficiando não somente o desenvolvimento pessoal, mas também o de sua comunidade, sua região.

Rolim e Serra (2010), que realizaram um estudo sobre as Instituições de Ensino Superior, nos lembram que transformar conhecimento em produtos inovadores, é um desafio constante e que requer uma rede de relações entre instituições, cidades, regiões e atores sociais. Justamente por isso entende-se que estas instituições são as portadoras da transformação e organização do espaço, mobilizando recursos humanos, financeiros, e assim dinamizando as economias locais e regionais.

Em que medida a educação propicia desenvolvimento regional

Os países desenvolvidos possuem elevado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – que utilizam como critérios de análise a educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita). São países que detêm considerável qualidade na educação, respeito, defendem o cumprimento das leis, punem a corrupção, impedem regalias e praticam a cidadania, em decorrência, desenvolvem-se (SALLES, 2006).

A própria “revolução industrial, que é nada mais nada menos do que o resultado de um investimento no conhecimento para a produção de técnicas com base no conhecimento científico” (OLIVEIRA JR, 2014, p.1348) ocorreu primeiramente nos países desenvolvidos.

Desde os anos 1950 os países subdesenvolvidos em geral pensam na educação como o grande propulsor do desenvolvimento econômico-social, criando expectativas otimistas relacionadas aos impactos que seriam advindos da adoção de políticas pública de educação. Para isso, universalizaram o atendimento escolar, melhorando também a qualidade dos serviços prestados (SALLES, 2006).

No Brasil, as primeiras ações foram influenciadas pelo pensamento enciclopedista, em que a educação esteve articulada ao desenvolvimento econômico, lembrando que este período foi marcado pelo contexto da Guerra-Fria e o conceito de crescimento econômico da época. Buscava a integração dos países subdesenvolvidos ao sistema mundial capitalista, além de tentar responder a problemas como desigualdade social,

pobreza e indigência cultural, utilizando a precariedade da educação como explicação para as condições socioeconômicas adversas desses países (SALLES, 2006).

Após um balanço da ONU sobre a situação econômica dos países subdesenvolvidos na década de 1990, articulou-se uma nova proposta de desenvolvimento econômico-social onde a CEPAL⁸ e a OREALC⁹ elaboraram em conjunto a ideia que serviu de base para a reforma da educação para a maior parte dos países da região. Nesta nova abordagem “o progresso técnico” constitui o elemento central dos esforços de desenvolvimento econômico-social dos países da região, especialmente o Brasil, numa tentativa de reduzir as desigualdades sociais e os bolsões de pobreza do país (SALLES, 2006).

Era necessário aumentar a produtividade, melhorar a economia e por meio da educação seria possível alcançar os qualificadores e as disposições, já que o crescimento econômico só é alcançado quando o trabalhador entende e transforma ideias em produtos, tecnologias em recurso, ou seja, quando ele produz.

É neste período também que no Brasil a ideia de desenvolvimento a partir do conhecimento científico ganha novos aliados em vários campos da sociedade, sendo possível observar nos discursos o papel da ciência como atividade estratégica para o desenvolvimento. (GOMES et al, 2014).

Ferreira (2007) alerta que:

Partimos do pressuposto de que para a realização de todas as funções e tarefas, que estão articuladas com os procedimentos Técnicos e funcionais das novas tecnologias (nos domínios da programação, concepção, planejamento, gestão, controle e manutenção), são exigidos novos conhecimentos, novos comportamentos de carácter físico e cognitivo, que se consubstancia num efetivo aumento qualitativo e quantitativo das qualificações e competências do fator de produção trabalho (p.10).

A produtividade, portanto, é o resultado do conhecimento, eficiência e transformação das técnicas e tecnologias. Não é possível esperar aumento da produtividade sem levar em conta os aspectos estruturais e institucionais que moldam uma sociedade, seja em economias basicamente agrícolas ou altamente industrializadas, até porque é o arranjo da

8 Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas, foi criada em 25 de fevereiro de 1948, para contribuir com o desenvolvimento econômico da América Latina e reforçar as relações econômicas dos países da Região, entre si e com as demais nações do mundo.

9 Oficina Regional de Educação para a América Latina e Caribe.

atividade econômica, seja no nível organizacional do trabalho ou no simples aumento de entrada de fomentadores do crescimento econômico que vai propiciar o aumento da produtividade. Desta forma, observamos que pela educação e qualificação, obtem-se o arranjo institucional necessário para o bom desenvolvimento, seja local, regional e até mesmo mundial.

Que tipo de educação propicia desenvolvimento regional?

Pesquisar e compreender que tipo de educação desenvolve uma consciência crítica e atuante é uma tarefa árdua, haja vista termos tantas concepções de consciência quanto ao número de pesquisadores, pois faz-se necessário saber como, para que e que tipo de educação e sociedade queremos. E aqui no Brasil esta tem sido uma discussão constante, onde o Estado por meio de programas busca resgatar o sentido da educação. Como iniciativas temos o Programa Mais Educação criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, e agora o Novo Mais Educação, criado pela Portaria MEC nº 1.144/2016 e regido pela Resolução FNDE nº 5/2016, que funciona como uma alternativa indutora do aumento da jornada escolar e desenvolvimento sustentável da educação através da formação do sujeito integral. Programas que são importantes, já que trabalham a base da educação (BRASIL, 2017).

Por meio deste programa é problematizado, em seu processo de execução a organização da escola em relação à estrutura física e sua articulação com outros espaços, já que se amplia o tempo, o território e as oportunidades educativas (LECLERC e MOLL, 2012). E se queremos formar um sujeito de forma integral, como ser político, histórico e social, faz-se necessário levar em consideração esta condição, principalmente porque a comunidade na qual a escola está inserida será a mantenedora do projeto.

Pensando na questão produtividade/trabalho é possível encontrar programas como: o Programa Universidade para Todos – PROUNI, que foi criado e institucionalizado pelo governo, por meio da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que tem por finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas, em contrapartida àquelas instituições que aderem ao Programa recebem isenção de tributos. Para Oliveira JR (2014)

(...) as Universidades, como instituições de ensino, pesquisa, extensão e promoção social, assumem importância estratégica no processo de desenvolvimento. O conjunto de

suas atividades passa a dar origem a uma força de atração de consumidores e empresas, contribuindo para gerar um crescimento econômico-social local/regional (p.1338).

Mas de acordo com Catani, Hey e Gilioli (2006), o princípio do PROUNI é promover o acesso à educação superior com baixo custo para o governo, sem necessariamente preocupar-se com a finalização do curso por parte dos estudantes. Essa medida, na prática, atende às demandas do setor privado, pois regula as contas do Estado, que por meio do aumento das isenções fiscais para as IES privadas, sustenta a imagem de um país que não daria calote aos seus investidores externos, garantindo que sua dívida é sustentável, já que as IES não possuem transparência na concessão das bolsas e maquiavam os balanços.

Em 2008, numa tentativa integradora e expansionista, o então presidente do período, sancionou a Lei que criava 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia, transferindo para esses Institutos, os centros federais de educação tecnológica (Cefets), escolas agrotécnicas federais e escolas técnicas vinculadas a universidades. Sendo assim, os Institutos nasceram com 168 campi. Chegaram a 311 em 2010, ampliando as vagas de 215 mil para 500 mil. Atualmente, são 644 campi, alcançando, assim, todos os Estados, e aumentando o número de vagas em cursos técnicos de nível médio, licenciaturas e cursos superiores de tecnologia (BRASIL, 2017). As universidades impulsionam o crescimento, desenvolvendo os lugares onde estão instaladas e novos campi podem vir a ser polos de produção econômica (OLIVEIRA JR, 2014).

Durante os últimos trinta anos, o reconhecimento da tecnologia como o motor do crescimento econômico tem provocado medidas de incentivo e suporte necessárias ao desenvolvimento tecnológico (GIRON e AMORIM, 2007). E de acordo com os autores do projeto, como os Institutos se inserem na área de pesquisa e extensão, o desenvolvimento seria estimulado, pois estaria se buscando soluções técnicas e tecnológicas que estenderiam seus benefícios à comunidade, aproveitando assim o potencial da rede já existente. Desta forma estariam respondendo de forma ágil e eficaz às demandas crescentes por recursos humanos, difundindo o conhecimento científico e propiciando suporte aos arranjos produtivos locais (BRASIL, 2017).

Utilizando a teoria dos polos de desenvolvimento e considerando o espaço geográfico como noção de polarização, os polos passam a ser geradores de regiões, onde a apropriação da terra passa a ser o fundamento principal do planejamento territorial. Por meio das estratégias

de desenvolvimento local, as novas aglomerações econômicas levarão a novos espaços de produção (OLIVEIRA JR, 2014)

E de acordo com a própria Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, na seção II das finalidades dos Institutos Federais no artigo 6º, inciso IV uma das finalidades e característica dos IFs são:

Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal (BRASIL, 2008).

Acredita-se que com essas instituições a oferta de ensino técnico profissionalizante e superior alcancem as cidades mais distantes, interagindo com a área regional, promovendo a capacitação e articulando competências, e assumindo seu papel de liderança no desenvolvimento regional (ROLIM e SERRA, 2009). De acordo com esses autores, as regiões desenvolvidas são as que estabelecem um projeto político congregando diferentes atores, aumentando a competitividade e utilizando, de forma intensiva e coordenada, os conhecimentos existentes.

Desta forma, as atividades dos campi passam a atrair consumidores e empresas, assumindo importância estratégica no processo de desenvolvimento, gerando um crescimento econômico-social local/regional (OLIVERIA JR, 2014). Gobel e Miura (2004), que realizaram um trabalho de análise do papel da Universidade no Município de Toledo – Paraná, destacam a importância da mesma como geradora de emprego e renda, mas também recursos humanos locais e regionais, disseminando o desenvolvimento tecnológico e liberando ao mercado de trabalho mão-de-obra qualificada.

Já em 2011, por meio da Lei 12.513/2011, o Governo Federal criou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), cujo objetivo é expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país (BRASIL, 2017). Para as autoras Martins e Cavaignac (2016), foi por meio da criação do lema: “Brasil: país rico é sem pobreza”, e posteriormente com o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), que agregou-se distribuição de renda, acesso a serviços sociais e inclusão produtiva. E é justamente neste último eixo que o plano se vincula ao PRONATEC, pois diz respeito à qualificação do profissional para inserção ou reinserção no mercado de trabalho.

Porem, Rota Junior e Ide (2016), que realizaram um estudo sobre o desenvolvimento regional no Norte de Minas Gerais na década de 1960,

alertam que o Norte de Minas recebeu investimento em educação de nível superior, mas também ação industrializadora da Sudene e SUDEMINAS, com isenções fiscais, incremento das redes de energia e de estradas na época.

Rolim e Serra (2010) alertam para o fato de que algumas Universidades apesar de estarem nas regiões não, trabalham, especificamente, para elas, mas produzem conhecimentos universais, que capacitam os alunos para o mercado de trabalho mais amplo. Já Mina, Ramos e Rezende (2012) destacam que alimentação, lazer e saúde são os gastos mais significativos dos estudantes nas localidades em que essas instituições estão instaladas, independente da área de formação.

Conclusão

Ao final deste texto, faz-se necessário recapitular quatro de suas principais implicações. Em primeiro lugar, o papel do Estado enquanto organização política, que por meio das leis regulamenta a vida da sociedade em busca de bem estar comum a todos. Em segundo, o que se entende por desenvolvimento regional, que necessariamente envolve inversões e políticas por parte do Estado às regiões menos desenvolvidas. Em terceiro lugar, como a educação contribui para o desenvolvimento da sociedade, confrontando interesses públicos e interesses particulares, e projetando-se como multiplicadora do empoderamento e eficácia da produção de um ser humano melhor.

Em quarto lugar colocamos como a educação empodera o indivíduo, já que a mesma propicia o progresso tecnológico e por meio dele é possível obter eficiência na produção. E finalmente em quinto lugar quando por meio de vários autores foi possível expor que a educação universitária aperfeiçoa e qualifica cientificamente o indivíduo de acordo com as necessidades regionais e locais interagindo com os problemas em busca de soluções.

O artigo teve a finalidade de evidenciar, por meio de levantamento bibliográfico, que o desenvolvimento regional depende da ação do Estado, da educação e da população local, conforme visto nas citações. Ficou também evidente, que o Brasil tem investido nesta área por meio de seus programas e Leis, cujo objetivo central é integrar o território, levar educação às áreas mais distantes e qualificar nossa mão-de-obra para o mercado de trabalho.

Bibliografia

BAZZO, W. A.; SILVEIRA, R. M. F.. **Ciência e Tecnologia: transformando o homem e sua relação com o mundo**. Revista Gestão Industrial (Online), Ponta Grossa, v. 2, n.2, p. 01-12, 2006.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>Acessado em: 01/02/2017.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao>>Acessado em: 01/02/2017.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. Disponível em:<<http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa>>Acessado em: 01/02/2017.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/pronatec>>Acessado em: 01/02/2017.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/11864-sp-103278730>>Acessado em: 01/02/2017.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. Disponível em:<<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>>Acessado em: 01/02/2017.

CATANI, A. M.; HEY, A. P. ; GILIOLI, Renato . **Prouni: democratização do acesso às instituições de ensino superior?**. Educar em Revista, v. 28, p. 125-140, 2006.

CAVALCANTE, L. R. M. T.. **Produção Teórica em Economia Regional: uma proposta de sistematização**. Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo, vol. 02, nº 1, p. 09-32, 2007.

CIMA, E. G.; AMORIM, L. S. B.. **Desenvolvimento Regional e Organização do Espaço: uma análise do desenvolvimento local e regional através do processo de difusão de inovação**. Revista FAE. Curitiba, v. 10, n. 2, p. 73-87, jul/dez, 2007.

DINIZ, C. C. . **Celso Furtado e o Desenvolvimento Regional**. Revista Nova Economia. Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 227-249, mai/ago, 2009.

DURKHEIM, E.. **Da Divisão do Trabalho Social**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FERREIRA, J. M. C.. **Atualidade da Construção do Objeto Científico da Sociologia Económica**. RAE Eletrônica, São Paulo, v. 6, n.1, p. 1-22, 2007.

FLIGSTEIN, N.; DAUTER, L.. **A Sociologia dos Mercados**. Caderno CRH, Salvador, v. 25, nº 66, p. 481-504, 2012.

FLIGSTEIN, N. **O MERCADO ENQUANTO POLÍTICA: Uma abordagem político-cultural às instituições de mercado**. In: Rafael Marques e João Peixoto (Org.) *A Nova Sociologia Econômica: Uma antologia*. 1ª ed. Oeiras - Portugal: Celta Editora, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, 127 p.

GIRON, E.; AMORIN, L. S. B. . **Desenvolvimento Regional e Organização do Espaço: Uma Análise do desenvolvimento Local e Regional Através do Processo de Difusão de Inovação**. Revista da FAE, v. 10, p. 73 / nº 2-87, 2007.

GOEBEL, M. A. ; MIURA, M. N. . **A Universidade como fator de Desenvolvimento: o caso do município de Toledo-PR**. Revista Expectativa, Cascavel, v. 3, n.3, p. 35-47, 2004.

GOMES, O. C ; GOMES, S. R. ; BARBOSA, I. ; AGUIAR, J. V. S. . **CTS e alfabetização científica: possibilidades para uma educação mais compromissada através do programa ciência na escola**. In: IV Simpósio Nacional de Ensino de Ciências e Tecnologias, 2014, Ponta Grossa. Educação Científica e Tecnológica e Estudos CTS, 2014. v. 01. p. 01-12.

LECLERC, G. F. E. ; MOLL, J. . **Programa Mais Educação: avanços e desafios para uma estratégia indutora da educação integral e em tempo integral**. Educar em Revista (Impresso), v. 45, p. 91-110, 2012.

MACHADO, J. G. R.; PAMPLONA, J. B. . **A ONU e o Desenvolvimento Econômico: Uma Interpretação das Bases Teóricas do PNUD**. Economia e Sociedade (UNICAMP. Impresso), v. 17, p. 53-84, 2008.

MADUREIRA, E. M. P.. **Desenvolvimento Regional: principais teoria**. Revista Thêma et Scientia, v. 5, p. 8-23, 2015.

MARTINS, A. A. ; CAVAGNAC, M. D. . **A Política de Assistência Social e a promoção ao trabalho: uma análise do PRONATEC BSM com base em um estudo com egressos em Fortaleza-CE.** Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 6, p. 139-154, 2016.

MINA, R. V.; RAMOS, P. S. ; REZENDE, M. L. . **Estudo dos Impactos Econômicos da Expansão da Universidade Federal de Alfenas no Município de Alfenas, Minas Gerais.** In: XV Seminário sobre a Economia Mineira, 2012, Diamantina. XV Seminário sobre a Economia Mineira. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

NAZZARI, R. K.; CAMINATI, J. G. de O. ; ANTUNES, E. R.; SILVA, D. A. C. da ; TEODORO JUNIOR, A. ; TEODORO, P. A. V. B.; RAIZEL, T.. **Desenvolvimento, Capital Social e Educação no Brasil.** In: III Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2004, Cascavel. Anais do III Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2004. v. 1. p. 1-7.

OLIVEIRA, G. B.; LIMA, J. E. S.. **Elementos Endógenos do Desenvolvimento Regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável.** Revista FAE. Curitiba, v. 6, n. 2, p. 29-37, mai/dez, 2003.

OLIVEIRA JR, A de.. **A Universidade como polo de desenvolvimento local\regional.** In: Simpósio Mineiro de Geografia, 2014, Alfenas, MG. Anais do I Simpósio Mineiro de Geografia. Alfenas: UNIFAL, 2014. v. 1. p. 1337-1349.

POLANYI, K.. **A grande transformação: as origens da nossa época.** 2ª ed. São Paulo: Campus, 2000.

ROLIM, C. F. C.; SERRA, M.. **Instituições de Ensino Superior e Desenvolvimento Regional: O Caso da Região Norte do Paraná.** Revista de Economia (Curitiba), v. 35, n. 3, p. 87-102, set./dez. 2009.

_____. **Universidade e Desenvolvimento: ser da região x estar na região.** In: 7º Congresso ibérico de estudos africanos (CIEA 7), 2010, Lisboa. Livro do 7º Congresso ibérico de estudos africanos (CIEA 7). Lisboa: Centro de Estudos Africanos - Instituto Universitário de Lisboa, 2010. Disponível em:< <http://www.portaldoconhecimento.gov.c> > Acessado em: 15/02/2017.

ROTA JUNIOR, C.; IDE, M. H. de S. . **Ensino superior e desenvolvimento regional: o Norte de Minas Gerais na década de 1960.** Revista Brasileira de Educação, v. 21, p. 143-164, 2016.

SALLES, F. C.. **Breve histórico do pensamento econômico na educação brasileira.** In: VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas 'História, Sociedade e Educação no Brasil, 2006.

SANTOS, T. F. A, M.. **Trabalho, Educação e o Desenvolvimento Regional da Amazônia.** UNOPAR Científica, Ciências Humanas e Educação. Londrina, v. 11, n. 1, p. 59-67, jun. 2010.

SILVA, J.A.M.; AMORIM, W. L. . **O pensamento sociológico de Max Weber e a Educação.** RIC@. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, v. 6, p. 100-110, 2012.

SMITH, A. . **A Riqueza das Nações.** Tradução Alexandre Amaral Rodrigues, Eunice Ostrensky. 2ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

TAYLOR, F. W.. **Principios da Administração Científica.** Tradução de Arlindo Vieira Ramos. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.